

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E POLÍTICAS URBANAS: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO CENTRO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE¹

Cláudio Smalley Soares Pereira²

RESUMO

O presente trabalho faz uma reflexão acerca do processo de produção do espaço urbano da cidade de Juazeiro do Norte/CE, evidenciando as problemáticas referentes às políticas urbanas. Buscou-se mostrar os principais agentes responsáveis pela produção do espaço, bem como perceber o papel atual do Estado no que se refere ao planejamento urbano. Dessa forma, concluiu-se que os projetos de intervenção urbana e as políticas públicas para a cidade, em especial o centro, são mais urbanísticos (projetos de cunho racional e vertical, que pretendem modelar o espaço de acordo com a lógica da ordem distante) que urbanos, pois busca contrariar a lógica do lugar, pautada na solidariedade e na participação social e da vivência e experiência do espaço.

Palavras-chave: espaço urbano, urbanização, políticas públicas, cidade, Juazeiro do Norte.

PRODUCTION OF URBAN SPACE AND URBAN POLICY: AN ANALYSIS OF GEOGRAPHIC CENTER NORTH JUAZEIRO / CE

ABSTRACT

The present study is a reflection on the production of urban space in the city of Juazeiro do Norte, Ceará, pointing out the problems related to urban policies. The aim of this paper is to show the principal actors responsible for the production of space and reveal the current role of the State in urban planning. The conclusion of this research is that both, the projects of urban intervention and public policies for the city, especially for the city center, are urbanist (rational and vertical projects that aim to model space according to the logics of a distant order) rather than urban, because they seek to counter the logics of place that are based on solidarity, social participation and the lived experience of space.

Keywords: urban space, urban growth, public policies, cities, Juazeiro do Norte

PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO Y POLÍTICA URBANA: UN ANÁLISIS DE CENTRO GEOGRÁFICO DEL NORTE JUAZEIRO / CE

RESUMEN

El presente trabajo es una reflexión sobre el proceso de producción del espacio urbano en la ciudad de Juazeiro / CE, poniendo de relieve los problemas relacionados con las políticas urbanas. Hemos tratado de mostrar los principales agentes responsables de la producción del espacio, así como comprender el papel actual del Estado en relación con la planificación urbana. Por lo tanto, se concluyó que los proyectos de intervención urbana y las políticas públicas para la ciudad, sobre

¹ Esse trabalho contém partes do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Baseia-se em alguns dados da pesquisa de Iniciação Científica durante os anos 2009-2011, orientada pelo prof. Dr. João César Abreu de Oliveira, do Departamento de Geografia da URCA, Crato – Ceará e apoiada pelo CNPq.

² Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, Campus Presidente Prudente/SP clasmalley@hotmail.com

todo en el centro, son más urbanos (y el diseño racional de inclinación vertical, tratando de modelar el espacio de acuerdo a la lógica de la orden de la fecha) que busca contrarrestar urbano porque la lógica del lugar, basado en la participación y la solidaridad social y la experiencia y la experiencia del espacio.

Palabras clave: urbano, la urbanización, el orden público, la ciudad, Juazeiro do Norte.

INTRODUÇÃO

Discutir as políticas públicas não é tarefa fácil. É papel da academia e das instituições voltadas para a formação de um pensamento crítico sobre a realidade social colocar em pauta discussões e debates a respeito dessa temática, engajando-se junto à sociedade civil.

A participação efetiva da sociedade nos debates a respeito das políticas públicas é importante, uma vez que é ela (a sociedade) quem deve cobrar e exigir do poder pública (União, Estados, Municípios) a aplicação dessas políticas.

A realidade social e seus problemas são vividos pelos agentes sociais que estão de “fora” da “política” que se vê atualmente; uma “política” preocupada não com a sociedade, com o bem estar e a qualidade de vida, mas sim com as empresas que se instalam nos territórios comprometendo a qualidade de vida e degradando cada vez mais o ambiente com a visão apenas do lucro e do “desenvolvimento” econômico.

Partindo do pressuposto que a sociedade deve estar engajada nos debates sobre a implementação das políticas públicas, analisaremos a cidade de Juazeiro do Norte, no sul do Estado do Ceará, no que diz respeito às políticas urbanas para o centro desta cidade.

Com isso, destacamos ainda, que o conceito de política pública que estamos tendo por alicerce teórico é o de Sposito (2001, p. 311), para quem a política pública deve ser tomada “diferentemente da ação que se torna pública porque a esfera pública é diferente da ação estatal”, isto é, as políticas públicas devem ser entendidas para além do Estado.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS PARA O CENTRO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE

As políticas urbanas para o centro³ de Juazeiro do Norte são tratadas em projetos tanto do Governo do Estado como da Prefeitura Municipal que buscam a reorganização espacial do centro da cidade. Os projetos são estudos de caso realizados na tentativa de detectar os principais problemas que assolam a cidade. O centro aparece nos estudos como o espaço para onde mais se destinam os projetos urbanos.

Interessa-nos aqui somente algumas políticas que pretendem, de certa forma, diminuir ou amenizar essa problemática, pois, como são muitos documentos existentes e devido ao espaço e o

³ “No interior da cidade, o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou [...] é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades” (SPOSITO, 1991, p. 06).

tempo destinados a esse trabalho, não podemos avaliar todos, o que levaria à redação de um novo texto.

Os documentos a serem analisados são a) o Programa de Reabilitação Urbana das áreas Centrais, do Ministério das Cidades, b) o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Juazeiro do Norte, c) o Marco Conceitual de Reassentamento Involuntário, do Governo do Estado do Ceará. Esses documentos pretendem, exceto o primeiro, intervenções urbanas efetivas no espaço urbano de Juazeiro do Norte, sobretudo, no centro da cidade.

O Programa de Reabilitação Urbana das Áreas Centrais é um documento do Ministério das Cidades de 2005, coordenado pela arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, que visa a implementação de políticas públicas que controlem o uso e a ocupação do solo urbano, de forma que o acesso à terra urbana para a moradia e para o uso dos serviços seja ampliado. No documento,

A Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais por meio da recuperação do estoque imobiliário subutilizado promove o uso e a ocupação democrática e sustentável dos centros urbanos, propiciando o acesso à habitação com a permanência e a atração de população de diversas classes sociais, principalmente as de baixa renda; além do estímulo à diversidade funcional recuperando atividades econômicas e buscando a complementaridade de funções e da preservação do patrimônio cultural e ambiental. Esses objetivos são parte integrante de uma nova política urbana baseada nos princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade. O incremento do uso da infra-estrutura urbana já disponível por meio da ampliação da oferta de moradia reduz os investimentos públicos e promove a melhoria das áreas centrais, contribuindo para reverter os processos de esvaziamento e degradação. E mais, amplia o acesso da população à cidade, garantindo que uma parcela cada vez maior desta possa usufruir das áreas melhores equipadas e estruturadas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005, p. 18).

A reabilitação dos centros urbanos se dá, nesse sentido, pela promoção da habitação, pela maior acessibilidade aos serviços urbanos, transportes, e promove a entrada dos trabalhadores no mercado de trabalho formal. O combate a subutilização dos espaços centrais e os “vazios” urbanos, como também as ações contra a especulação imobiliária, são as prioridades do programa.

A aplicabilidade dessa proposta do Ministério das Cidades parece ser impecável. No entanto, quando pensamos no centro de Juazeiro do Norte, essa proposta não se encaixa dentro da realidade urbana da cidade, pelo menos em parte.

A grande densidade e concentração de imóveis e população e a predominância do setor terciário nas principais ruas do centro da cidade inviabilizam parte da execução das propostas do programa. As Ruas São Pedro e São Paulo, que são as principais da cidade no que se refere à oferta do terciário (comércio e serviços), chegam a ultrapassar os limites administrativos do bairro centro, chegando a outros bairros circunvizinhos como, por exemplo, os bairros Salesianos e Franciscanos.

De fato, há ainda pessoas que vivem no centro da cidade e existem casas e apartamentos tanto próprios quanto para aluguel. Durante o ano, as casas ganham funcionalidades diversas. Uma grande parte das pessoas que moram no centro da cidade utiliza seus imóveis como ranchos que hospedam os romeiros durante as festividades religiosas que ocorrem durante o ano. Esse tipo de prática (que já é tradicional) exercida pelos moradores em transformar suas residências em ranchos, torna alguns espaços que eram de função residencial para função comercial, afinal eles estão oferecendo um serviço (hospedagem), independentemente de preço, tempo de hospedagem etc. Podem ser encontradas ainda algumas residências nas Ruas Dr. Floro Bartolomeu, São José, Rua do Cruzeiro, São Francisco e outras.

Se olharmos o centro de Juazeiro tendo como pauta o programa do Ministério das Cidades, vemos que os espaços que geralmente servem de especulação imobiliária que são espaços “vazios” e geralmente encontrados nas grandes metrópoles, como os imóveis vazios ou abandonados, são muito poucos, quase que inexistem.

Reconhecemos que o programa oferece propostas que podem ser aplicadas com sucesso, como a promoção da acessibilidade aos espaços centrais e a preservação do patrimônio histórico-cultural, mas que precisam de estudos de caso detalhados para o conhecimento dos problemas e suas possíveis soluções.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade de Juazeiro do Norte, que é do ano 2000, podemos encontrar algumas medidas que visam o planejamento da cidade para o futuro, e nele observamos que o centro da cidade é enfocado várias vezes.

As Linhas Estratégicas do PDDU de Juazeiro do Norte enfatizam a promoção da cidade por meio de sua imagem para o “estrangeiro”, sobretudo o turista. A Linha Estratégica⁴ nº 1 diz que “Juazeiro do Norte deverá ser um importante centro de turismo religioso da América Latina” (JUAZEIRO DO NORTE/PDDU, 2000, p. 10). Essa promoção da cidade para o turismo religioso provocou um embate político entre as autoridades Eclesiásticas da cidade e o poder público.

O grande fluxo de visitantes a JdN [Juazeiro do Norte] impulsiona o turismo religioso como atividade de grande potencial para o desenvolvimento da região. Porém, se por um lado o poder público planeja políticas para o desenvolvimento do turismo religioso local, a Igreja opõe-se à exploração da atividade turística conforme os modos hoje seguidos pelo poder público por temer a profanação da simbologia do sagrado, principal elemento de atração das romarias (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2009, p. 156).

É notória aqui a existência de contradições entre os agentes produtores do espaço urbano de Juazeiro do Norte, nesse caso o Poder Público e a Igreja. Dessa forma, não é demais lembrar

⁴ As outras linhas estratégicas são: 2) implantar um centro comercial e regional de qualidade; 3) consolidar a economia industrial forte e descentralizada; 4) tornar o município atraente e equilibrado física e socialmente. Preferimos não nos deter a essas linhas estratégicas pelo fato delas demandarem uma análise mais ampla e que não caberiam no presente trabalho.

que “a vida política urbana se caracteriza hoje pela interferência de estruturas e forças diversas e freqüentemente opostas, seja pela origem, situação ou objetivos diferentes e por vezes contraditórios (LEDROUT, 1981, p. 05).

Sobre essa Linha Estratégica do PDDU um comentário deve ser feito. Por meio de uma análise de tal tópico estratégico, é possível identificar uma preocupação do poder público local com a imagem da cidade. Essa preocupação *pode* ser caracterizada como uma estratégia de marketing territorial ou, mais precisamente, de marketing urbano que, segundo Benko (2002), são possíveis hoje através de quatro fatores fundamentais:

- a) A mundialização e crescimento da economia, caracterizada por uma mudança considerável entre as escalas local, nacional e global nos anos 1980 e 1990;
- b) A valorização do lugar, buscando um desenvolvimento local pautado nas relações entre os atores locais (poder decisório, universidades, empresas, movimentos sociais, sindicatos, etc.);
- c) A evolução rápida dos equipamentos de comunicação, que permite uma rápida difusão por meio das tecnologias midiáticas, a promoção da cidade por meio da imagem para além de sua hinterlândia;
- d) E uma nova etapa na evolução do marketing, a qual passa a ser preponderantemente usufruída pela cidade através das noções básicas do marketing (relativas ao mercado, clientes, concorrentes, ofertas, etc).

A promoção da imagem de Juazeiro do Norte é buscada para além do território nacional. Como podemos ver, a América Latina é o objetivo, concebendo-se o poder do fenômeno religioso como alicerce para o crescimento econômico da cidade.

Hoje em dia, porém, mesmo o PDDU insistindo na potencialidade a nível internacional da imagem de “cidade sagrada”, o que se percebe no cotidiano urbano e nas práticas espaciais protagonizadas pelos agentes sociais, sobretudo os agentes hegemônicos, é que a religião e a fé própria do lugar são apropriadas por tais agentes produtores do espaço urbano para desenvolver suas estratégias econômicas e políticas para o lugar. Assim, para a cidade se tornar atrativa no atual contexto econômico-social da globalização:

É necessário [...] determinar a imagem da cidade que se deseja promover. Trata-se de optar por uma estratégia de diferenciação que visa a dar uma personalidade clara à cidade, de modo que ela venha a obter um lugar preciso na consciência dos indivíduos, quer sejam eles responsáveis por decisões, eleitores, difusores de opinião etc. [...] (BENKO, 2002, p.08).

Porém, os agentes hegemônicos desconsideram a configuração espacial de cada lugar, que é singular. Os espaços não são homogêneos, mas singulares. A singularidade de cada espaço se dá através das práticas sócio-espaciais desencadeadas pelos vários agentes que operam em diferentes escalas geográficas produzindo o espaço.

No caso de Juazeiro do Norte é perceptível a ação constante do *Estado* através da prefeitura municipal e do Governo do Ceará, o *capital* (público e privado), que nos últimos anos

vem se inserindo com mais vigor no cotidiano urbano dos cidadãos, e a *sociedade*, que é representada tanto pelos moradores do lugar como pelos romeiros que constantemente vão à cidade⁵.

Segundo Araújo (2011), o PDDU busca através dos projetos urbanos de “revitalização” da área central de Juazeiro do Norte construir e reinventar a urbe pautada numa lógica da modernização, onde a padronização e o ordenamento do espaço promoveriam competitividade e buscariam atrair mais investimentos. Nesse sentido, o espaço é produzido para servir à ordem distante, aos atores da economia global e aos turistas, e o espaço vivido, o dos romeiros e dos habitantes locais, é tornando invisível e desconsiderado⁶. Apenas o espaço material (físico) é visado nas políticas.

Essas práticas contrastam com a idéia de que

Um plano diretor não pode contentar-se apenas em ser uma disciplina do crescimento físico ou a dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias (SANTOS, 2008, p. 126).

Nesse contexto, a “utopia da forma espacial” está sendo sobreposta à “utopia do processo social”, em que espaço e tempo não se encontram, mas tentam se sobrepor um ao outro; de um lado, o espaço aparece imutável já que controla a temporalidade, reprimindo a dialética do processo social a favor de uma forma espacial fixa, de outro, os processos sociais que são geralmente tratados em termos de temporalidade, são desvinculados de uma base espacial, operando fora da espacialidade. Se buscamos um entendimento mais nítido da sociedade pautado na mudança, devemos então “considerar o utopismo do processo temporal [social] ao lado do utopismo da forma espacial” (HARVEY, 2006, p. 228). Assim, concordamos que “em Juazeiro do Norte, a utopia da forma espacial presente nas Políticas Urbanas tenta homogeneizar os espaços para o turismo e tenta excluir a utopia do processo social impressa nas romarias (ARAÚJO, 2011, p. 214).

A tentativa de sobrepor a utopia do espaço construído à utopia do espaço vivido na cidade do Padre Cícero é um problema na atual Política Urbana, particularmente ao propor a transformação dos espaços de romaria em espaços para o turismo religioso. O referido modelo de desenvolvimento local a partir de inspiração global abriga o interesse do lucro e do capital em escala ampliada e instaura novas relações de poder no espaço da cidade (ARAÚJO, 2011, p. 215).

⁵ Foi aceito neste trabalho a proposta de Carlos (2011) para designar os agentes que produzem o espaço geográfico na contemporaneidade.

⁶ “No mundo globalizado, as políticas de Estado valorizam a produção do espaço simbólico decorrente da produção de um espaço construído que responde por uma linguagem que distingue os indivíduos pertencentes ao mundo globalizado, sendo que as pessoas do lugar são invisíveis aos objetivos dessas políticas” (EGLER, 2005, p. 06).

No decorrer da pesquisa, identificamos ações que visam a mudança estrutural (física) do centro da cidade através do PDDU e o MCPRI⁷. Os projetos que tomam relevo dentro das propostas são os seguintes: a) Urbanização do acesso ao horto; b) Centro de apoio aos romeiros; e c) Roteiro da Fé⁸. Essas ações estão no MCPRI no subcomponente *Requalificação de Espaços Urbanos*, dentro do projeto intitulado *Projeto Integrado de Urbanização da Área Central de Juazeiro do Norte*.

Esse projeto visa uma requalificação por meio das ações colocadas acima. É importante frisar que, a elaboração dos projetos de intervenção, sobretudo o Roteiro da Fé, não tiveram participação da sociedade nas discussões, conforme estudo realizado pela Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos:

Em verdade, o Centro [Centro de Apoio ao Romeiro, hoje Centro Multifuncional de Serviços] juntamente com o Roteiro da Fé foram ações de qualificação do Centro de Juazeiro previstas com o objetivo de incrementar o turismo religioso, do qual depende o comércio de Juazeiro. Segundo o Poder Público, essa “vocação turística” era consenso entre todos os setores. Segundo os técnicos da gestão, estas a es teriam nascido das discussões do Plano. Realmente   provável que tenha nascido durante essa discussão, mas ao que parece não foi proposta da popula o, e sim da assessoria junto com a gestão municipal. Para a sociedade civil e até mesmo para o Vice-prefeito (que   época representava os comerciantes), essa “voca o” não teria sido discutida com a popula o, tendo sido ela definida pela Prefeitura e pela equipe de assessoria, os quais vieram com ambos os projetos prontos e brigavam a todo custo pela sua aprova o (IACOVINI; PINHEIRO, 2009, p. 04).

A urbaniza o do acesso ao Horto (bairro da cidade que faz fronteira que influencia e   influenciado diretamente pelas atividades no centro da cidade) se resumiu até o momento apenas a uma sinaliza o e a troca do calçamento. O saneamento básico, a rede de água e esgoto entre outros ainda se encontra em precárias condi es.

No que se refere ao Centro de Apoio aos Romeiros (rebatizado e Centro Multifuncional de Serviços), as obras ficaram paradas por muito tempo, e foram retomadas no final de 2009, mas a passos lentos. Tal centro servirá para realocar e “desafogar” o centro da cidade tanto no que se refere aos transportes como às pessoas, pois nas épocas de romarias a popula o da cidade praticamente dobra. Os camelôs, que ocupavam os arredores da Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores (conhecida como Igreja da Matriz) foram inicialmente os principais alvos, pois foram construídos Box para eles realocarem suas mercadorias e desocuparem os arredores do espaço sagrado da Basílica. Tal obra está no PDDU da cidade e   enquadrada como Unidade de

⁷ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Marco Conceitual da Política de Reassentamento Involuntário.

⁸ Para uma análise mais detalhada dessas políticas urbanas em Juazeiro do Norte, ver Araújo (2011).

Vizinhança do Centro. O investimento é milionário, com cerca de R\$ 12 milhões, e se encontra em finalização.

O Roteiro da Fé é também uma das ações dentro do projeto de requalificação da área central da cidade. Seu objetivo é estabelecer, através de intervenções físicas no centro da cidade, um roteiro que guie o romeiro para os pontos turísticos religiosos da urbe. As obras foram iniciadas em fevereiro de 2012, com previsão de 150 dias para conclusão. Nesse projeto, “o objetivo é urbanizar e oferecer uma estrutura turística aos pontos mais visitados pelos romeiros⁹”. É possível analisar isso por meio da proposta de Lefebvre (1991) da contradição entre *apropriação* e *dominação* do espaço. A apropriação do espaço seria o envolvimento dos valores, dos desejos, do corpo, da espontaneidade – em Juazeiro do Norte seriam as práticas espaciais dos romeiros –; por outro lado, a dominação seria um planejamento com propósitos estabelecidos por uma ordem distante – o Estado –, visando uma normatização e uma padronização do espaço (LEFEBVRE, 1991).

BREVES COMENTÁRIOS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO EM JUAZEIRO DO NORTE

Segundo Lefebvre (2008), o espaço é um instrumento político que é usado a favor das classes dominantes, excluindo as pessoas do urbano e segregando-as nas periferias da sociedade. Sobre isso ele diz que:

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispensar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 2008, p. 160).

É sabido que o Estado, que deveria ser a instância responsável para buscar a resolução dos problemas sociais e de classes, não realiza o seu papel. Dessa forma, os movimentos sociais e a sociedade organizada, para conseguirem seus direitos, têm de fazer pressão ao aparelho de Estado em prol da melhoria nas condições de vida.

Tratando-se da cidade de Juazeiro do Norte, as políticas urbanas não vêm tendo participação efetiva da população, uma vez que, conforme as pesquisas de campo, muitos deles nunca ouviram falar sobre políticas públicas para o centro, muito menos participaram de alguma audiência pública sobre propostas de intervenção urbana no espaço central da urbe¹⁰.

⁹ Matéria publicada com o título de **Obras do Roteiro da Fé são iniciadas em Juazeiro do Norte, Ceará**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/02/obras-do-roteiro-da-fe-sao-iniciadas-em-juazeiro-do-norte-ceara.html> acessado em 19 mar. 2012.

¹⁰ O relatório de Iacovine e Pinheiro (2009) sobre o PDDU de Juazeiro do Norte elaborado para o Observatório das Metrôpoles também mostra a não-participação da população na elaboração dos projetos Centro de Apoio ao Romeiro e Roteiro da Fé. Mais adiante discutiremos isso.

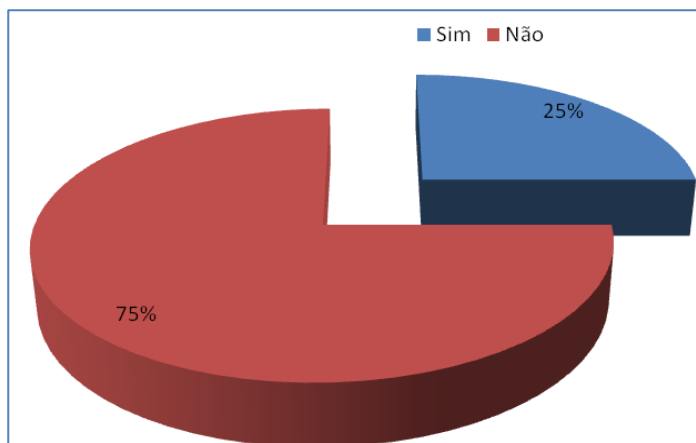
Nas pesquisas de campo, realizadas em 2010 e 2011, foram aplicados um total de 60 questionários semi-estruturados a diversos segmentos da sociedade. O objetivo da aplicação dos questionários foi coletar informações a respeito do que os cidadãos pensavam sobre o centro da cidade, como também saber a sua opinião sobre as ações e os projetos que são direcionados para essa área da cidade.

Observamos que grande parte das pessoas que responderam os questionários não conhece nenhum projeto ou política pública para o centro da cidade, sendo um total de 83% de respostas negativas e de 17% de respostas positivas, isto é, a grande maioria respondeu dizendo que não conhece nem nunca ouviu falar sobre algum tipo de intervenção pública proposta para o centro de Juazeiro do Norte. Das 60 pessoas para quem aplicamos os questionários, 100% disseram nunca ter participado de nenhuma seção sobre as políticas públicas para o centro, como o orçamento participativo por exemplo.

No que se refere ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), praticamente 3/4 (três quartos, 75%) dos que responderam afirmaram que não conhecem o documento nem nunca ouviram falar (ver gráfico 01). É importante frisar que entre os entrevistados estão pessoas dos mais variados níveis de instrução, desde os que nunca estudaram até os que têm formação de nível superior, passando pelos que têm somente o ensino fundamental e/ou ensino médio.

Faz-se necessário uma política que busque na organização social, no orçamento participativo e nos movimentos sociais as melhorias nas condições de vida e de trabalho. É o planejamento urbano crítico (SOUZA, 2006a) que defendemos, com uma maior autonomia da sociedade frente aos problemas existentes. Esse planejamento não se caracteriza apenas como intervenções e regulações propostas pelo Estado, mas um planejamento democrático em que a sociedade participe de forma efetiva para a promoção da justiça social e um verdadeiro desenvolvimento sócio-espacial, rompendo com a racionalidade que vem de *cima* para *baixo*.

Pesquisa de campo em 2010/2011 :
Gráfico 01: Você já ouviu falar sobre Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano?



Essa idéia de planejamento urbano crítico compõe um projeto maior de mudança social e política, de democratização e de justiça social. Trata-se da Reforma Urbana, que não pode ser confundida com uma reforma urbanística ou paisagística. Esse movimento, que vem desde os anos 1960, assume uma postura crítica frente à globalização e à redução do poder de manobra do Estado, tendo como principais metas a redução das desigualdades. Esse movimento de início dos

anos 1960 tinha um cunho progressista, o que mudou nos meados dos anos 1980, quando o Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) surge no seio dos movimentos sociais (SOUZA, 2006a), que o caracteriza como:

[...] um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributiva e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2006b, p. 158).

É fundamental para uma gestão urbana eficaz e um planejamento urbano eficiente a participação da sociedade, uma democratização das decisões políticas de maneira que essas decisões sejam tomadas com o intuito de diminuir as desigualdades existentes nos espaços urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as políticas urbanas nos dias atuais é pensar em formas de produção do espaço urbano que, na maioria das vezes, seguem uma lógica vertical, em que Estado e capital planejam e executam intervenções que, ao invés de promover uma melhoria nos laços de sociabilidade entre os seres humanos, os separa e os fraturam.

O espaço aparece como um ente de fundamental importância para as regras impostas pela ordem distante. É por meio do espaço que o Estado e o capital dominam a sociedade, pois cada vez que se busca um *design* espacial de maneira que dê preferência às ações capitalistas, a sociedade é quem “paga o pato”, isto é, quem sofre com as consequências de remoções, de expulsões e sem nenhuma garantia de melhoria, garantia essas que ficam apenas nos discursos políticos.

A cidade aparece nesse contexto como lugar privilegiado de análise das contradições sociais desencadeadas pelo modo de produção hegemônico. Sendo a cidade um produto social, que é ao mesmo tempo condição e meio da ação e da reprodução da vida, o espaço urbano assume, nesse contexto, dimensões que penetram de várias maneiras a vida social.

Pensar a reestruturação do centro da cidade de Juazeiro do Norte através das políticas urbanas é pensar em um planejamento urbano crítico, que busque nas organizações sociais um diálogo possível, objetivando produzir um espaço que seja caracterizado pelas relações sociais de afeto e sentimento, companheirismo, e não apenas impor normas urbanísticas que fragmentam sócio-espacialmente ainda mais o cotidiano e a sociabilidade.

Dessa forma, as políticas urbanas propostas pra Juazeiro do Norte buscam eliminar as contradições espaciais buscando uma espacialidade ideal, homogênea e sem diferenciações. As rugosidades espaciais tentam ser eliminadas nessas estratégias de intervenção urbanística.

Portanto, pensamos que planejar uma cidade para o futuro pautada em valores sociais diferentes dos atuais requer uma longa discussão entre as partes interessadas buscando promover uma forma espacial que seja paralela ao processo social, ou como diz Harvey (2006), ao utopismo dialético.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé**. Fortaleza: Impeh, 2011.

BENKO, Georges. **Estratégias de Comunicação e Marketing Urbano**. Ciência Geográfica, Bauru, ano 8, v. 2, n. 22, p. 05-09, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Políticas urbanas para o espaço global. **Economía, Sociedad y Territorio**, Toluca, v. 5, n. 17, 01-25, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; PINHEIRO, Valéria. **Rede de avaliação e Capacitação para a implementação dos Planos Diretores Participativos: Estudo de Caso do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte**. Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em:

http://web.observatoriodasmetrolopes.net/planosdiretores/produtos/ce/CE_Avalia%C3%A7%C3%A3o_PDP_Estudo_Caso_1_Juazeiro_do_Norte_julho_2009.pdf. Acessado em: 18/08/2011.

JUAZEIRO DO NORTE, Governo do Estado do Ceará. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juazeiro do Norte**, 2000.

LEDRUT, Raymond. Política Urbana e Poder Local. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 5-20, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**, São Paulo. Editora Ática, 1991.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação de centros urbanos**. Brasília, Ministério das Cidades, 2005.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; OLIVEIRA, Laís Catarine de. Turismo e Políticas Públicas: Problemática Urbana e mutações do Sagrado em Juazeiro do Norte (Ceará, Brasil). **Terra Livre**, São Paulo, ano 25, v. 2, n. 33, p. 155-170, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 4 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. Cidades, globalização e determinismo econômico. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 123-142, 2006b.

SPOSITO, Eliseu Savério. Políticas Públicas: teoria, prática e ideologia. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GASPERR, 2001, p. 311-332.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Centro e as formas da Centralidade Urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p.1-18, 1991.